

**V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica 23
a 25 de julho de 2017**

Grupo de Trabalho: O PIBID e a formação Docente em Ciências Sociais:
Limites e Possibilidades

O PIBID E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NAS ATIVIDADES DE ENSINAR
E APRENDER

Nayara Alves Batista, Stela Miller - UNESP – FFC Marília

RESUMO

A escola, instituição social que carrega o significado de produtora e socializadora de conhecimentos, tem passado por crises de sentidos. Professores e estudantes se queixam de não conseguir ensinar e nem aprender nesse espaço. O sentido é subjetivo e constituído no movimento da atividade dos sujeitos, relacionando as significações do mundo externo com as motivações deles para agir. A crise dos sentidos, entendida como fruto da contraposição entre os significados sociais objetivos e o sentido pessoal formado na relação com tais significados, pode levar a distorções no processo de humanização dos sujeitos. É fundamental que esse processo, dado por meio da apropriação do conjunto de conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, ocorra de modo a tornar os sujeitos capazes de transformar a sociedade e a si próprios. A democratização da instrução, advém das revoluções burguesas do século XVIII, e a escola pública nasce na Revolução Industrial. Na sociedade capitalista, as condições de ensino, aprendizagem e permanência na escola se dão de forma desigual. O objetivo deste trabalho consiste em entender como políticas de formação inicial e continuada, como o PIBID, podem contribuir para a construção de sentidos, por parte de professores e alunos, nas atividades de ensinar e aprender na educação básica. Partirá da análise, com base na Teoria Histórico-Cultural, de algumas experiências realizadas com o grupo PIBID (Sociologia) Marília numa Escola Estadual da cidade.

INTRODUÇÃO

Os resultados¹ divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e apresentados “pelos indicadores educacionais atuais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) são péssimos” (LEHER, 2012, p. 223) e refletem a situação das salas de aula das escolas públicas brasileiras. Estudar a produção de sentidos nos processos de ensino e aprendizagem dos conteúdos científicos e na atuação dos estudantes no espaço escolar é um debate atual e necessário,

¹ Utilizaremos estas avaliações como indícios disponíveis para mostrarmos a situação do ensino e da aprendizagem no Brasil.

pois tem-se notícias de fenômenos problemáticos² recorrentes nas Escolas Públicas por todo o país. A não concretização da ação pedagógica traz consequências para a formação de estudantes do Ensino Médio, que o têm concluído, sem saber ler e nem escrever.

A crise de sentidos vivenciada pelos sujeitos do ensino e da aprendizagem torna os processos de ensinar e de aprender estranhos para eles e isto traz como consequência a falta de motivação deles para estar em atividade no espaço escolar, pois, quando o significado social da atividade de ir à escola para ensinar ou aprender não corresponde ao sentido pessoal que deve ser atribuído a estas atividades, é criada uma situação de estranhamento, na qual se buscam meios de não aprender e ensinar os conteúdos científicos que devem ser socializados ali, pois a finalidade dos sujeitos do ensino e da aprendizagem ao frequentarem esse espaço se perde, não sendo mais a busca e nem a socialização dos conhecimentos. O sentido pessoal dado por eles à escola se dá negativamente, associado à obrigação. Então, não há motivação para o ensino e aprendizagem dos conhecimentos científicos necessários ao processo de humanização desses sujeitos. Desta forma, consequências como o desinteresse pelas aulas, o não cumprimento das atividades propostas, as conversas, o mexer em celulares ou outros aparelhos eletrônicos durante as aulas, a evasão e os conflitos entre estudantes e professores aparecem como resultados concretos desta crise de sentidos. Surgem então questões e indagações dos estudantes como: “estudar isso para quê?”, “não usarei isto para nada em minha vida”. Também as que partem do professor: “Preparar esta aula para quê? Eles não estão nem aí para o que dizemos”, refletindo a situação complicada na escola, que advém, entre outros fatores, da crise de sentidos da escola atual e gera a ausência de atividade dos sujeitos no processo de apropriação cultural em que esses agentes estão envolvidos.

² Notícias como a publicada pelo jornal O Globo, em 2014, de estudantes do Ensino Médio de uma escola em MG, que, ao saírem para o intervalo, trancaram – com um cadeado de bicicleta - os seus professores e coordenadores na sala do café e atearam fogo em lixeiras, quebraram vidros, portas e um ventilador. Nas lousas, havia a mensagem “Vida loka” escrita. Os professores e coordenadores chamaram os bombeiros, que os destrancaram para que pudessem solucionar o problema. Não seria essa uma das consequências da ausência de sentido do espaço escolar para os estudantes? Uma forma de negação do quê e como isso está disponibilizado para estes estudantes, que talvez queiram mostrar que são agentes neste espaço e que trazem a sua bagagem histórica, social e cultural para ele?

A Teoria Histórico-Cultural nos possibilita a reflexão e a ação acerca da crise de sentidos da escola atual, permitindo que pensemos um ensino que vise ao desenvolvimento humano dos sujeitos da aprendizagem, que se dá por meio da apropriação do conjunto de conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, para que assim eles possam estar de fato incluídos na sociedade, objetivando-se como seres sociais. A aprendizagem dos conteúdos escolares integra a atividade de estudo do sujeito, desde sua fase inicial, quando se insere no processo de apropriação dos conhecimentos científicos, até sua fase mais avançada, quando está em jogo a atividade de estudo consciente e autônoma do sujeito da aprendizagem, visando ao objetivo de produzir transformações no sujeito que a executa, implicando, nesse processo, a atribuição de sentido, por esse sujeito, à sua atividade de estudar, para que esteja motivado a continuar estudando e como resultado disso se humanizando.

Para isso, é fundamental criar, nele, necessidades acerca da aprendizagem dos conteúdos escolares, para que ele encontre a satisfação delas no objeto do conhecimento e seja capaz de criar novas necessidades de aprendizagem, e também novos meios de satisfazê-las por meio de novos conhecimentos, já que o sujeito da aprendizagem desenvolve as suas funções psíquicas superiores e se humaniza por meio de sua atividade de estudo. Sendo assim, é fundamental que o professor também atribua sentido à sua atividade de ensinar, para que ele a realize de forma orientada conscientemente e dotada de intencionalidade, voltada ao desenvolvimento pleno das capacidades, habilidades, aptidões, atitudes e valores do sujeito da aprendizagem.

O SENTIDO E AS ATIVIDADES DE ENSINAR E APRENDER

Para a Teoria Histórico-Cultural, os sujeitos da aprendizagem são considerados agentes nas relações sociais, logo também no âmbito da instituição escolar e trazem para dentro dela as suas vivências históricas, culturais e sociais. Na educação escolar, a mediação entre o sujeito mais experiente e o menos experiente torna-se fundamental, atuando o primeiro de forma intencional, para que haja a formação e o desenvolvimento plenos do segundo. Nesse processo, o sentido torna-se fundamental, orientando a atividade humana, pois,

De um ponto de vista psicológico concreto, este sentido consciente é criado pela relação objectiva que se reflete no cérebro do homem, entre aquilo que o incita a agir e aquilo para o qual sua acção se orienta como resultado imediato. Por outras palavras, o sentido consciente traduz a relação do motivo ao fim. (LEONTIEV *apud* LONGAREZI; FRANCO, 2013, p. 86)

Podemos afirmar que o homem se constitui como ser humano por meio de sua atividade, definida como ato ou conjunto de atos dotados de intencionalidade e orientados conscientemente, por meio dos quais um sujeito ativo (agente) modifica física, psíquica ou socialmente o meio no qual está inserido (VÁSQUEZ, 1977, p. 186-189). Em outros termos, a insatisfação do homem, em sua condição de gênero humano, com o presente, gera nele a necessidade de transformá-lo. No âmbito escolar, estar em atividade significa que a aprendizagem deve expressar a necessidade do sujeito frente a um estado de carência, que seja capaz de movê-lo em busca do objeto do conhecimento, para que este possa satisfazê-la. Isto faz com que o sujeito se desenvolva, pois, ao buscar o conhecimento, ele passa a se apropriar do conjunto de conhecimentos construídos pela humanidade e a dominar as ferramentas materiais e mentais ao seu redor, aprendendo e assim se desenvolvendo, vindo a ser um sujeito humano e social.

Toda atividade humana é *orientada a um fim* determinado pelo contexto histórico e social de quem a executa. Para que o homem concretize sua atividade, é preciso que ele esteja na dialética entre a apropriação da cultura – os conhecimentos produzidos historicamente – e sua objetivação, criando assim novas necessidades e conhecimentos.

No conceito de atividade, do ponto de vista da Teoria Histórico-Cultural, está presente o envolvimento do sujeito, uma vez que o sentido da atividade nasce da relação entre o motivo que leva o sujeito a agir e o resultado conquistado ao final da atividade. (MELLO, 2012, p. 368).

Por meio da atividade, “o homem domina não somente o uso de instrumentos materiais, mas principalmente, o sistema de significações que encontra já pronto, formado historicamente” (LONGAREZI; FRANCO, 2013, p.85), como a linguagem, por exemplo.

A atividade humana possui, dentre seus componentes estruturais, a *necessidade*, o *objeto* e o *motivo*. A necessidade mobiliza o sujeito a buscar o objeto de sua satisfação que, ao ser encontrado, traduz-se no motivo e no

objetivo de suas ações. As ações e as operações a elas correspondentes também participam dessa estrutura, sendo as ações e os seus modos de operar que conduzem o movimento da atividade do sujeito.

Para que esteja em atividade, o indivíduo precisa de um motivo – gênese da atividade–, articulando a necessidade ao objeto que a satisfará, agindo de forma relacionada às finalidades – objetivo da ação – desta. Estas ações do sujeito dependem das condições concretas de sua vida e são formadas historicamente. O motivo que impulsiona a atividade pode conferir-lhe sentido, estando ligado à relação consciente entre a necessidade gerada por ele e a finalidade das ações, assim como pode ser externo à atividade, mas que mesmo assim a estimula. A atividade humana relacionada aos homens e objetos resulta na consciência, que é fruto desta interação e medeia a relação entre os seres humanos e a realidade a ser transformada (objeto da atividade).

O sentido se dá por meio da relação entre o indivíduo e o mundo objetivo, se materializa nos significados e se efetiva por meio de mediações que consigam estabelecer relações entre a prática social maior e as práticas dos indivíduos, a partir de suas necessidades específicas (MENDONÇA, 2011, p. 349), sendo estas relações orientadas por um motivo, que as gera e mantém os sujeitos em atividade.

A educação escolar é uma forma de atividade humana que ocupa a maior parte da vida dos sujeitos em formação presentes no espaço escolar e responsabiliza-se pelo processo de apropriação do conhecimento destes sujeitos, que será refletida na formação de sua consciência– sua forma de ver o mundo e lidar com questões práticas na sociedade a qual pertencem. É por meio da apropriação dos conhecimentos construídos historicamente que o sujeito se humaniza e se insere concretamente na sociedade.

Podemos definir a atividade de ensinar “como um modo de realização da educação escolar, procurando evidenciar a semelhança dessa atividade com os processos de formação das funções psíquicas superiores” (MOURA, 2010, p.82). Ela é responsável “dos que fazem a escola como espaço de aprendizagem e da apropriação da cultura elaborada, bem como do modo de prover os indivíduos, metodologicamente, de formas de apropriação e criação de ferramentas simbólicas para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades” (MOURA, 2010, p. 82).

Um ensino voltado para o desenvolvimento humano requer seu ponto de partida em três premissas básicas da teoria de Vygotsky. A primeira consiste em que as funções psíquicas superiores estão enraizadas nas formas histórico-sociais da existência humana, nos instrumentos culturais, desenvolvidos e acumulados social e historicamente pela humanidade. A segunda requer a apropriação/internalização desses instrumentos pelo sujeito, para que este se constitua como ser humano e social e busque os instrumentos, meios para a sua própria atividade. A terceira é de que essa apropriação se dá por meio de uma complexa atividade da consciência humana, que é a generalização e a formação de conceitos, para que se saia dos limites de uma experiência sensorial imediata. Trata-se da formação do pensamento abstrato, que é a síntese da apropriação e manipulação dos objetos sociais e culturais e se aperfeiçoa por meio da educação escolar e se dá por meio da atividade de estudo – responsável por nos fazer entender o que não é visível aos olhos, os processos dos fenômenos e conhecimentos que nos cercam–, que depende da mediação direta e intencional do sujeito mais experiente (LIBÂNIO; FREITAS, 2013, p.345).

A aprendizagem “pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que a cercam” (VIGOTSKI, 2002, p. 115), sendo na “relação do sujeito com o meio e social, mediada por instrumentos e signos (entre eles a linguagem), que se processa o seu desenvolvimento cognitivo” (MOURA, 2010, p. 83).

Portanto, o processo de aprendizagem decorre de uma atividade de ensino escolar, intencional, sistematizada e organizada, que objetiva a formação do pensamento teórico, e é mediado pela apropriação da cultura, relacionada à atividade de estudo, que deve ser o objetivo final da atividade de ensino, voltada a produzir transformações no sujeito que a executa. Nesse contexto,

[...] o conteúdo principal da atividade de estudo é a assimilação dos procedimentos generalizados de ação na esfera dos conceitos científicos e mudanças qualitativas no desenvolvimento psíquico da criança, que ocorrem sobre essa base. (DAVIDOV, 1987, p. 324).

Nessa perspectiva, consideramos fundamental a existência de políticas de formação docente como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), já que ele traz para os licenciandos a articulação entre a Escola e a Universidade, propiciando a vivência no contexto escolar, na

preparação de aulas e de materiais pedagógicos, buscando metodologias de ensino que aproximem os conteúdos escolares da realidade social dos sujeitos da aprendizagem, pensando e discutindo os caminhos da educação brasileira para o futuro professor maneiras de entender, pensar e agir neste espaço, contornando as condições adversas de trabalho na escola e utilizando o “choque de realidade” da escola pública a favor da luta por melhorias e condições efetivas de trabalho.

A seguir, apresentaremos uma síntese de nossa trajetória como bolsista de iniciação à docência e explicitaremos uma das experiências vivenciadas durante o desenvolvimento das atividades do projeto na escola pública em que este foi realizado.

AÇÕES PEDAGÓGICAS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA: CONSTRUINDO SENTIDOS E NEGOCIANDO SIGNIFICADOS

Na condição de grupo PIBID, desenvolvemos ações semanais que envolveram reuniões teóricas, realizadas por meio da leitura de textos sobre Sociologia da Educação e sobre os temas da Sociologia presentes nas Orientações Curriculares Nacionais dessa disciplina; de relatos das idas à Escola e do planejamento das ações pedagógicas a serem elaboradas e aplicadas nas aulas, acerca dos conteúdos Sociológicos. Fizemos a observação do espaço escolar em que agimos, de sua dinâmica de funcionamento e dos aspectos socioculturais ali presentes. Isso resultou numa análise sociológica, que nos trouxe elementos importantes para pensarmos nossa prática no espaço escolar e os jovens com que trabalharíamos, à luz das teorias que explicassem os fenômenos ali ocorridos.

Do ponto de vista da análise sociológica, entendemos que as nossas ações na escola não se dariam apenas por meio da atividade em sala de aula, mas também pela consideração de aspectos como a localização da instituição, suas condições estruturais e as relações sociais ali estabelecidas, já que tínhamos em mente que adentrar o portão da escola exigiria de nós uma orientação sobre como conduziríamos o nosso trabalho e um conhecimento claro a respeito dos objetivos a serem desenvolvidos, tendo como fim a concretização da ação pedagógica. Aprendemos também que o estabelecimento de relações seria

favorável ao nosso trabalho, pois segundo as ideias de Fernandes (1970, p. 212), nosso olhar, como cientistas sociais, tem uma especificidade que permite uma ação complementar ao dos especialistas em educação acerca das questões que envolvem a instituição escolar e podemos colaborar com os educadores na construção de um sistema educacional que responda às necessidades de cada escola e estudante.

A orientação teórica que tivemos nos possibilitou um contato mais efetivo com a instituição escolar e auxiliou na realização de ações pedagógicas sobre o ensino de Sociologia, que foram pensadas e planejadas para as aulas, desde a escolha do livro didático com o qual se trabalharia até a preparação e aplicação destas ações em sala de aula, para cada turma. Optamos por autores como Willis (1991), e seu livro *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução*³ fundamentou o nosso trabalho, já que se aproximava da situação vivenciada por nós na Escola.

Não fizemos uso dos *Cadernos do Professor e do Aluno*, que integram o programa *SP faz a escola* – política educacional voltada ao sistema econômico capitalista, desenvolvida para o ensino básico, que consiste na elaboração e distribuição de apostilas para alguns anos do Ensino Fundamental (5º ao 8º) e do Ensino Médio –, já que essa política educacional traz falhas em sua organização e formas de operacionalização no ensino da Sociologia, pois homogeneiza as escolas e sujeitos ali presentes – sendo desconsideradas as realidades socioculturais e históricas distintas em cada local –, além de serem esvaziados de conteúdos científicos, pois esses *Cadernos* os apresentam de forma rasa, fragmentada, descontextualizada e distante da realidade social dos estudantes.

Essa forma de organização, sob a responsabilidade de um grupo jovem, que atuaria na escola pública e lidaria com sujeitos aprendizes, acabou criando em nós, bolsistas, a necessidade de buscar formas de desenvolver as nossas ações naquele espaço, de acordo com o sentido que para nós tinha a atividade

³ Nesta obra, o autor faz a etnografia do estudo de caso realizado com doze estudantes do sexo masculino, pertencentes a classe operária de uma escola periférica da Inglaterra e inaugura a *teoria da resistência*, na qual o aluno é entendido como sujeito que tem um posicionamento próprio frente ao processo educativo. Nesta perspectiva, o fracasso escolar e a indisciplina são compreendidos como uma reação à escola. Suas ações são analisadas dentro do cotidiano escolar.

de ensinar: orientar a atividade de estudo do aluno visando a seu processo de aprendizagem de cunho humanizador. Entendemos que o ensino deve possuir um fim específico e demanda meios adequados para a sua realização. A aproximação dos conteúdos científicos da Sociologia com a realidade social dos estudantes e a metodologia a ser utilizada deveria resultar na aprendizagem. Essa responsabilidade como grupo jovem com a Escola, nossa forma de agir naquele espaço e com aqueles sujeitos, acabou gerando em nós a identificação como sujeitos do ensino, o que clareou e orientou o sentido de nossas ações. Isto fez com que buscássemos formas de desenvolver metodologias de ensino que fossem frutíferas para a aprendizagem daqueles sujeitos.

Explicitaremos, neste artigo, uma das metodologias de ensino realizadas com o 3º ano do Ensino Médio, numa Escola Estadual localizada no município de Marília, denominada “*Hiato*”, na qual trabalhamos, de forma articulada, as temáticas “Direitos e Cidadania” e “Movimentos Sociais”.

Organizamos uma sequência didática composta de várias ações realizadas pelo professor da sala, pelos bolsistas e pelos alunos.

A primeira delas consistiu na apresentação dos conteúdos à turma, por meio de uma aula expositiva, desenvolvida pelo professor e os bolsistas, objetivando aproximar os conteúdos científicos da realidade social daqueles estudantes e dando a eles um embasamento teórico acerca das temáticas a serem trabalhadas.

A partir disso, a sala foi dividida em grupos, e cartazes (Anexos 2; 2.1; 2.2; 2.3; 2.4) foram produzidos pelos estudantes, representando alguma reivindicação de direito (social, político, humano e civil) que estes achassem necessário para as suas vidas. Alguns cartazes continham mensagens como “O que ficou da Copa?”, “Transporte público grátis”, “Legalize já” e “Eleição de 2014, com política corrupta, falta de investimentos na educação e caos na saúde pública”.

Posteriormente foi feito um debate acerca dos cartazes produzidos, no qual foram apresentadas as razões das reivindicações pelos estudantes e feitos comentários pelo professor e nós bolsistas do PIBID, sendo possível a problematização sobre a teoria dos direitos frente à realidade social, já que se pôde demonstrar que os Direitos perante a Lei expressam a igualdade, a liberdade, a participação e o acesso a todos, o que não se revela na prática.

Além disso, foi exibida uma sequência de imagens retiradas do site Google, que representavam algum tipo de direito, sendo concedido ou reprimido, e era indagado aos alunos qual o direito reprimido ou o concedido em cada imagem representada.

Na sequência, exibimos o documentário *Hiato*, um curta metragem dirigido por Vladimir Seixas no Rio de Janeiro em 2008, e produzido pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que retrata a ida de manifestantes a um grande shopping da zona Sul do Rio de Janeiro e a discriminação sofrida por eles naquele espaço.

O texto didático (Anexo 3), intitulado “Estado e Movimentos Sociais”, que foi elaborado por nós bolsistas e trabalhado em sala de aula, por meio da leitura e de comentários do professor e de nós bolsistas acerca do texto, relaciona o Estado, os Direitos e Cidadania e os Movimentos Sociais e serviu de base para a reflexão acerca das ações realizadas durante toda a atividade.

Um fato interessante ocorreu no momento em que esse texto foi destinado aos alunos para que o lessem. Antes dos trabalhos do grupo com a turma, os alunos não se dispunham a ler, e era bastante difícil fazer com que esses estudantes escrevessem algo; a rejeição para com a leitura e a escrita era muito grande. Após a sequência de ações realizadas por eles na execução da atividade em questão (“Hiato”), a rejeição foi superada, e eles se dedicaram sem recusas a ler o texto.

Finalmente, fechando a sequência das ações realizadas, como forma de avaliação de todo o processo, foi pedido para que os estudantes escrevessem um texto relacionando o Estado e os Movimentos Sociais. Tivemos respostas como:

Neutralizando as lutas da sociedade, o Estado vem acobertando a classe capitalista. Pensamos que eles estão a favor da classe trabalhadora, quando na realidade estão a favor da burguesia que favorece a eles. Quando nós trabalhadores fazemos movimentos grevistas para a melhoria do salário, ou por melhores condições de trabalho somos oprimidos pela polícia, mesmo sendo eles também trabalhadores, os policiais que estão aqui para nos servir acabam tendo que intervir sobre o movimento pois o Estado obriga eles a fazerem isto. A realidade de tudo isso é que nós pensamos que somos livres, mas nós não somos, vivemos em uma sociedade onde sempre temos que viver da mesma forma, onde o Estado somente faz as coisas a favor dele mesmo. Não temos melhorias, pensamos que temos.

Nós não temos nem um salário que possamos viver bem. (Aluno A, 2014)

Foi escrito pelos estudantes ainda, que

Vivemos em uma sociedade onde existe uma relação entre: Estado, empresários e trabalhadores em meio a um capitalismo visível e injusto. As empresas têm seu lucro através dos trabalhadores, porém há uma desigualdade perante ao valor que o empresário ganha e o salário do empregado, como moderador dessa relação temos o Estado que apoia o sistema capitalista e os burgueses e apenas dá uma mínima assistência à classe dos trabalhadores. Em consequência a tais atos, existem os movimentos sociais, que são ações realizadas por indivíduos da sociedade com o objetivo de “lutar” por melhorias de algumas situações ou para que estas se mantenham. O histórico dos movimentos sociais ao longo da história é grande e conturbado. Passamos pela Revolução Francesa contra o absolutismo, as Diretas já, e citando exemplos recentes, temos as lutas por melhorias na saúde pública, aumentos salariais de trabalhadores contratados pelo Estado, lutas também pela melhoria do transporte urbano e vários outros. (Aluno B, 2014)

CONCLUSÃO

Os significados apropriados pelos alunos, ao refratarem o mundo em sua consciência, tornam-se conteúdo de sua subjetividade e, nesse processo, configuram os sentidos desenvolvidos por eles com relação a esses significados.

Por esse motivo, importa ao professor, no desenvolvimento do trabalho docente não apenas o conhecimento do conteúdo apreendido pelos alunos ao longo do processo que põe em relação o ensino e a aprendizagem, mas também como se constituem os sentidos dos alunos em relação aos significados presentes nesse conteúdo.

Segundo Asbahr (2014),

O conceito de sentido é fundamental à educação escolar, visto que amplia a compreensão dos processos de aprendizagem e introduz elementos fundamentais para a compreensão do estudante não apenas como sujeito que aprende, mas também como sujeito que pensa, age, sente e escolhe a partir dos sentidos que atribui aos conhecimentos. (p. 271)

Significados e sentidos estarão sempre se constituindo um em relação ao outro, configurando a unidade entre os planos cognitivo e afetivo que caracteriza os processos de ensino e de aprendizagem e que, devidamente considerados,

colaboram para uma maior efetividade do papel da escola na formação humana e humanizada de seus alunos.

REFERÊNCIAS

ASBAHR, F. da S. F. Sentido pessoal, significado social e atividade de estudo: uma revisão teórica. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 18, Número 2, maio/agosto de 2014: 265-272.

FERNANDES, F. O Dilema Educacional Brasileiro. In: PEREIRA. L. FORACCHI. M.M. *Educação e Sociedade (leituras de sociologia da educação)*. São Paulo: Vozes: Série: Biblioteca universitária. Série 2, Ciências sociais ; v. 16, 1970.

LEHER, R. Educação no capitalismo dependente ou exclusão educacional? In: MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, V. P; MILLER, S. (Orgs.). **Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações**. - 2.ed.- Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.

LIBÂNEO, J. C; FREITAS, R. A. M. M. Vasily Vasilyevich Davydov: a escola e a formação do pensamento teórico-científico. In: LONGAREZI, A.C.M; PUENTES, R. V. (Orgs). **Ensino desenvolvimental: vida, pensamento e obra dos principais representantes russos**. Uberlândia: EDUFU, 2013.

LONGAREZI, A.C. M; FRANCO, P. L. J. A. N. Leontiev: a vida e a obra do psicólogo da atividade. In: LONGAREZI, A.C.M; PUENTES, R. V. (Orgs). **Ensino desenvolvimental: vida, pensamento e obra dos principais representantes russos**. Uberlândia: EDUFU, 2013.

MELLO, S. A. Cultura, Mediação e Atividade. In: MENDONÇA, S. G. L; SILVA, V. P; MILLER, S. (Orgs.). **Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações**. - 2.ed.- Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.

MENDONÇA, S. G. L. – *A Crise de Sentidos e Significados na escola: A Contribuição do Olhar Sociológico*. Cad. Cedes, Campinas, vol.31,n.85, p.341-357, set-dez.2011. Disponível em [HTTP://www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)

MOURA, M. O. A Atividade Orientadora de Ensino como Unidade entre Ensino e Aprendizagem. In: MOURA, M. O.(Org.). **A Atividade Pedagógica na Teoria Histórico-Cultural**. Brasília- DF: Liber Livro, 2010.

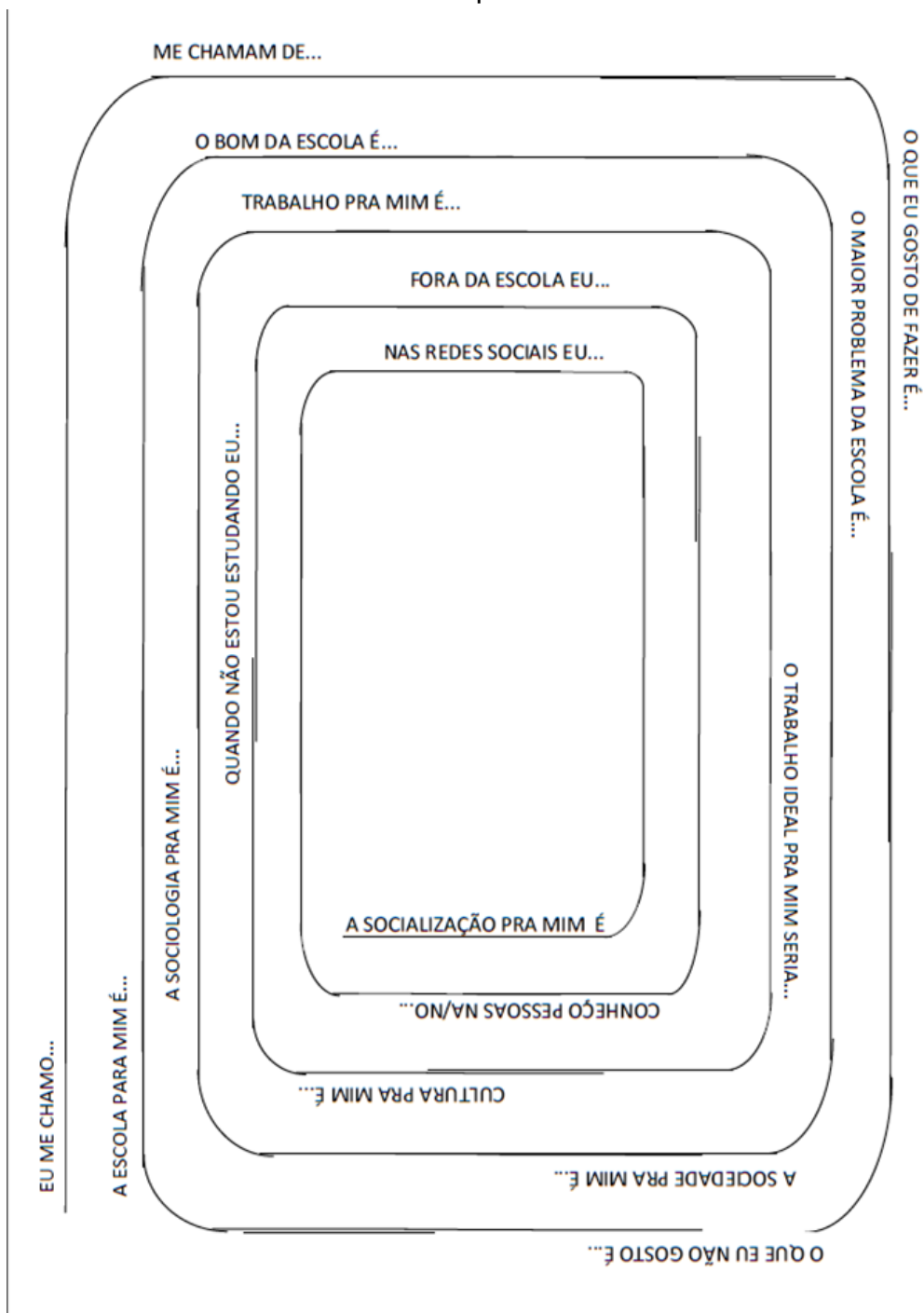
SERRÃO, M. I. B. **Aprender a ensinar**. São Paulo: Cortez, 2006.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente**. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WILLIS, P. *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução*.
Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

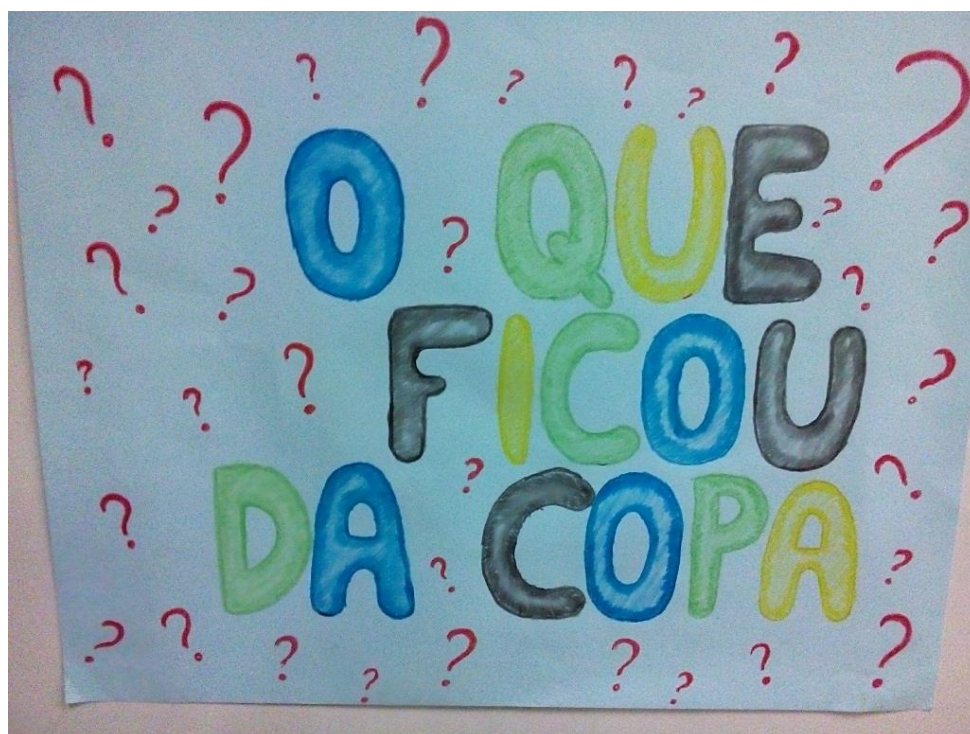
ANEXOS

1: Espiral.

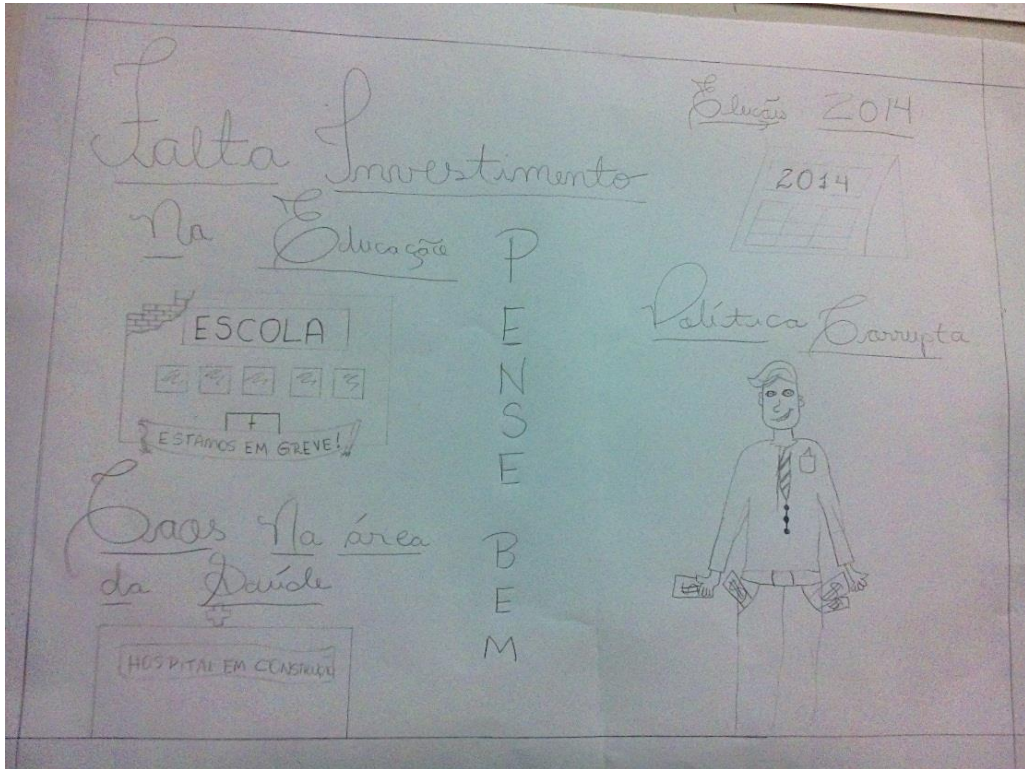




2: Cartaz produzido pelos estudantes do 3º EM na atividade pedagógica
Hiato.



2.1: Cartaz produzido pelos estudantes do 3º EM na atividade pedagógica
Hiato.



2.2: Cartaz produzido pelos estudantes do 3º EM na atividade pedagógica *Hiato*.



2.3: Cartaz produzido pelos estudantes do 3º EM na atividade pedagógica *Hiato*.



2.4: Exibição documentário “Hiato” aos estudantes do 3º EM.

3: Texto: “Estado e Movimentos Sociais”, aplicado aos estudantes do 3º EM.

“Antes de começarmos a falar sobre os movimentos sociais, é preciso relembrarmos o que é o Estado e como ele se organiza. Os Movimentos Sociais têm uma relação com o Estado, já que junto a ele apresenta suas reivindicações.

Só conseguiremos entender o **conceito de Estado** na sociedade atual se considerarmos **as relações de produção** da sociedade na qual estamos inseridos, ou seja, as relações de trabalho na sociedade capitalista, que se dão entre os **proprietários dos meios de produção** (donos das empresas) **X** os **trabalhadores assalariados** (produtores separados dos meios de produção, que vendem a sua força de trabalho em troca de salário). Sendo assim, podemos definir o Estado como: *a organização especializada na função de moderar a luta de classes antagônicas, garantindo por esse modo a conservação da dominação de classe.* Em palavras mais simples, o Estado é uma organização criada de acordo com os interesses de classe, desde o surgimento da sociedade de classes, dos burgueses (a classe social proprietária dos meios de produção), que tem a função de mascarar as desigualdades sociais.

Mas como o Estado consegue neutralizar a luta de classes e esconder as desigualdades sociais de nossa sociedade? Por meio da **ideologia** (uma forma

de pensar desenvolvida pela classe dominante, que é passada e incorporada por toda a sociedade, sem que haja uma explicação científica ou uma análise mais profunda da realidade. Esta forma de pensar pode ser chamada também de **senso comum**), ela é uma “ferramenta” muito importante para o Estado burguês. O **direito burguês** é uma forma de ideologia do Estado na qual as nossas leis nos passam a imagem de “igualdade”, e trabalhadores assalariados e proprietários dos meios de produção são considerados sob iguais condições de vida e de trabalho, e aos primeiros é passada a falsa consciência de que vendem sua força de trabalho por um ato de vontade e liberdade.

Mas, se o trabalhador não prestar o seu serviço em troca de salário, como ele viverá? Será que somos realmente livres para não trabalhar? A resposta é não. Pois no sistema capitalista em que vivemos é necessário que poucos tenham muito (os proprietários dos meios de produção, que podem escolher não trabalhar) e muitos tenham pouco (os trabalhadores assalariados, que precisam se submeter às mais diversas condições de trabalho para sobreviver).

Agora sim podemos falar sobre os **movimentos sociais**. Mas afinal, como podemos definir o conceito de movimentos sociais? Movimentos sociais são ações de caráter político, relacionadas diretamente com o Estado, realizadas por um grupo de pessoas, que tem por objetivo manter ou mudar uma situação. Eles podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais. Lembrem-se dos cartazes que fizemos? Neles vocês reivindicavam por vários direitos que estão em nossa Constituição, mas que de alguma forma vêm sendo reprimidos, assim como o vídeo “Hiato” que assistimos, que mostra os direitos de um grupo de pessoas sendo reprimidos, de forma discriminatória. Os movimentos sociais possuem ainda alguns **elementos constitutivos**, que são: o **projeto** (proposta do movimento, ou seja, quais os seus objetivos e metas. O que o movimento pretende); a **ideologia** (a ideologia é a ideia que as pessoas têm da sociedade em que vivem, ela pode ser considerada uma “falsa consciência” quando se tratar de uma forma de mascarar a realidade e as formas de desigualdade social, mas **no caso dos movimentos sociais, a ideologia pode ser considerada como “visão de mundo”**, já que neste caso correspondem a ideias sobre as reais condições de vida da sociedade e sobre a consciência das ideias falsas utilizadas para mascarar essa realidade); e a **organização** (que pode apresentar uma estrutura mais definida, firmada em corpo de líderes mais ou menos fixo,

responsável pela iniciativa de propostas dos passos a serem dados. Ou pode apresentar também uma organização descentralizada, com um revezamento dos participantes, considerados liderança).

Vamos a alguns exemplos de movimentos sociais do nosso dia a dia: as greves trabalhistas (por melhores condições de emprego e salário), as manifestações por melhores condições de vida na cidade (por transporte, saúde, habitação e educação de qualidade), as manifestações no campo (pelo acesso à terra ou pela permanência da atual distribuição de terras) e os movimentos étnicos (pelo respeito e igualdade de direitos entre as diferentes etnias), feminista (pela igualdade de direitos entre homens e mulheres), ambiental (pela preservação dos recursos naturais do nosso país e do mundo) e estudantil (por melhorias nas condições de estudo, assistência ao estudante, transparência na forma de administração e etc.).

A **greve** foi um dos instrumentos mais utilizados pelos trabalhadores na sociedade capitalista, e Karl Marx, em sua análise sobre a greve operária, destaca que ela **envolve** sempre três atores sociais: o **trabalhador**, o **empresário** capitalista e o **Estado**. O trabalhador representa a força de trabalho e só tem isso para se defender, ao lutar por melhores condições de vida e salários o trabalhador se coloca em confronto com o empresário, que representa o capital e tem o objetivo de obter o maior lucro possível. O Estado, que se mostra na forma da Lei, tem a função de regular a relação entre o trabalho e o capital: as leis para proteger os trabalhadores e os seus direitos (conquistados de forma difícil) também podem atuar em favor do capital, o que ocorre normalmente quando os tribunais decidem as questões trabalhistas. Mas existe também a ação do Estado na repressão dos trabalhadores em nome da “normalidade” e da “paz social”. Sendo assim, podemos pensar sobre qual o verdadeiro caráter de classe do Estado. Será mesmo que existe “igualdade” para todos perante o Estado?”